



**Processo nº** 10880.954402/2008-87  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **3301-013.830 – 3<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 28 de fevereiro de 2024  
**Recorrente** UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

Data do fato gerador: 30/09/2001

**PEDIDOS DE RESSARCIMENTO/RESTITUIÇÃO E DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. DIREITO CREDITÓRIO. ÔNUS DA PROVA. SUJEITO PASSIVO.**

Em processos de ressarcimento, restituição e compensação, recai sobre o sujeito passivo o ônus de comprovar nos autos, tempestivamente, a natureza, a certeza e a liquidez do crédito pretendido. Não há como reconhecer crédito cuja natureza, certeza e liquidez não restaram comprovadas por meio de escrituração contábil-fiscal e documentos que a suportem.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Rodrigo Lorenzon Yunan Gassibe - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Juciléia de Souza Lima - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Wagner Mota Momesso de Oliveira, Laércio Cruz Uliana Junior, Rodrigo Lorenzon Yunan Gassibe (Presidente) e Juciléia de Souza Lima (Relatora).

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário contra o indeferimento de Declaração de Compensação apresentada pelo Contribuinte em meio eletrônico (PER/DCOMP nº

10880.954402/2008-87), na data de 20/08/2004, pela qual pretende quitar os débitos declarados com supostos créditos decorrentes de recolhimento indevido realizado por meio do DARF de 30/09/2001, no valor de R\$ 1.408.953,98 (código de receita: 8109).

Ao analisar o pedido da Recorrente, a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo- DERAT/SPO emitiu o Despacho Decisório datado de 24/11/2008, no qual pronunciou-se pela não homologação por inexistência de crédito (e-fls 35):

**2-IDENTIFICADOR DO PER/DCOMP**

PER/DCOMP	DATA DA TRANSMISSÃO	TIPO DE CRÉDITO	Nº DO PROCESSO DE CRÉDITO
35242.24483.200804.1.3.04-1004	20/08/2004	Pagamento Indevido ou a Maior	10880-954.402/2008-87

**3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL**

Limite do crédito analisado, correspondente ao valor do crédito original na data de transmissão informado no PER/DCOMP: 14.460,18  
Analisadas as informações prestadas no documento acima identificado, não foi confirmada a existência do crédito informado, pois o DARF a seguir, discriminado no PER/DCOMP, não foi localizado nos sistemas da Receita Federal.

CAMPO DO DARF	VALOR	CAMPO DO DARF	VALOR
PERÍODO DE APURAÇÃO:	30/09/2001	VALOR DO PRINCIPAL:	1.408.953,98
CNPJ:	01.615.814/0001-01	VALOR DA MULTA:	0,00
CÓDIGO DE RECEITA:	8109	VALOR DOS JUROS:	0,00
NÚMERO DE REFERÊNCIA:	0	VALOR TOTAL DO DARF:	1.408.953,98
DATA DE VENCIMENTO:	15/10/2001	DATA DE ARRECADAÇÃO:	30/09/2001

Dante da inexistência do crédito, NÃO HOMOLOGO a compensação declarada.  
Valor devedor consolidado, correspondente aos débitos indevidamente compensados, para pagamento até 28/11/2008.

PRINCIPAL	MULTA	JUROS
14.460,18	2.892,03	13.254,20

Para verificação de valores devedores e emissão de DARF, consultar o endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br), na opção Serviços ou através de certificação digital na opção e-CAC, assunto PER/DCOMP Despacho Decisório.  
Enquadramento legal: Arts. 165 e 170, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN). Art. 74 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Cientificado em 02/09/2006 do indeferimento do pedido de compensação apresentada, a Recorrente interpôs a Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente pela 13<sup>a</sup> Turma da Delegacia Regional de Julgamento de São Paulo/SP, através do acórdão 16-30.780, assim ementado:

<b>ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP</b>
Data do fato gerador: 30/09/2001
Ementa:
<b>DCOMP. DÉBITO CONFESSADO EM DCTF. INEXISTÊNCIA DE PAGAMENTO INDEVIDO.</b>
Considerando que o DARF indicado no PER/DCOMP (Pedido de Ressarcimento ou Restituição / Declaração de Compensação) como origem do crédito não consta dos sistemas informatizados à disposição da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, e que o Contribuinte não logra comprovar que a verdade material é outra, não há que se falar em pagamento indevido.
<b>COMPENSAÇÃO. CRÉDITOS. COMPROVAÇÃO.</b>
É requisito indispensável ao reconhecimento da compensação não homologada a comprovação dos fundamentos da existência e a demonstração do montante do crédito que lhe dá suporte, sem o que não pode ser admitida.
<b>DESPACHO DECISÓRIO. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. MOTIVAÇÃO.</b>
Motivada é a decisão que, por conta da não localização do DARF indicado pelo Insurgente nos Sistemas da RFB, expressa a inexistência de direito creditório disponível para fins de compensação.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Inconformada, a Recorrente apresentou Recurso Voluntário perante este Conselho, no qual, defende a existência do direito creditório pleiteado, requerendo-se a sua devida homologação.

Em suma, é o Relatório.

## Voto

Conselheira Juciléia de Souza Lima, Relatora.

O Recurso Voluntário é tempestivo, bem como, atende aos demais requisitos de admissibilidade, razão pela qual dele se deve conhecer.

Ante a inexistência da alegação de preliminares prejudiciais de mérito, passo a analisá-lo.

## I- DO MÉRITO

## 1- Da certeza e liquidez do crédito pleiteado

A controvérsia nos autos cinge-se, na realidade, numa divergência quanto ao procedimento de apuração dos créditos pelo sistema de registro eletrônico da RFB, denominado Sistema de Controle de Créditos (SCC), ao processar os PER – Pedidos de Ressarcimento Eletrônico e as DCOMP – Declarações de Compensação a ele vinculado, especificamente, a PER/DCOMP transmitida em 20/08/2004, pela qual pretendia a Recorrente quitar os débitos declarados com supostos créditos decorrentes de recolhimento indevido realizado por meio do DARF de 30/09/2001, no valor de R\$ 1.408.953,98 (código de receita: 8109).

Ao analisar o pedido da Recorrente, a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo- DERAT/SPO emitiu o Despacho Decisório datado de 24/11/2008, no qual pronunciou-se pela não homologação por inexistência de crédito.

Por sua vez, alega a Recorrente, que a RFB, por deter sistema informatizado, caberia a ela, a localização do crédito vindicado pela Recorrente.

Primeiro, ressalta-se aqui, que a controvérsia reside em questão meramente probatória.

Explico, a Recorrente ao não conseguiu demonstrar por documentação hábil a existência de seu direito creditório, daí, tenta socorrer-se do princípio da verdade material como instrumento para inversão do ônus da prova.

Todavia, não assiste razão a Recorrente.

É sabido que a compensação é uma das modalidades de extinção do crédito tributário, prevista no art. 156, II, do Código Tributário Nacional- pressupõe a existência de créditos e débitos tributários de titularidade do contribuinte.

Entretanto, conforme o art. 170 do CTN, a lei poderá atribuir, em certas condições e sob garantias determinadas, à autoridade administrativa autorizar a compensação de débitos tributários com créditos líquidos e certos do sujeito passivo.

A demonstração da certeza e liquidez do crédito tributário que se almeja compensar é condição *sine qua non* para que a Autoridade Fiscal possa apurar a existência do crédito. Daí, se ausentes os elementos probatórios que evidenciem o direito pleiteado pela Recorrente, não há outro caminho que não seja seu não reconhecimento, conforme inteligência do inciso VII, §3º do art. 74 da Lei 9.430/1996:

*Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.*

*§ 3º- Além das hipóteses previstas nas leis específicas de cada tributo ou contribuição, não poderão ser objeto de compensação mediante entrega, pelo sujeito passivo, da declaração referida no §1º:*

*VII- o crédito objeto de pedido de restituição ou ressarcimento e o crédito informado em declaração de compensação cuja confirmação de liquidez e certeza esteja sob procedimento fiscal;*

Não há como afastar a regra contida nos art. 170 do CTN, impõe-se como imperioso a necessidade de comprovação da certeza e liquidez do crédito tributário para validação da compensação do crédito tributário.

Segundo, no que se refere a questão comprobatória do direito creditório vindicado pela Recorrente, não houve, por meio de documentação hábil, a comprovação da existência do crédito pleiteado, pois em sede de instrução, seria necessária a apresentação da documentação contábil e fiscal da Recorrente, devidamente conciliada com os livros contábeis e, adicionalmente, no caso dos créditos descontados, notas e livros fiscais.

Ora, a obrigação de provar o seu direito decorre do fato de que a iniciativa para o pedido de ressarcimento ser do Contribuinte, cabendo à Fiscalização a verificação da certeza e liquidez de tal pedido, por meio da realização de diligências, se entender necessárias, e análise da documentação comprobatória apresentada.

Neste sentido, é pacífico neste Tribunal Administrativo que o ônus de comprovação do direito creditório pleiteado em Pedido de Restituição/ Declaração de Compensação pertence à Recorrente, sendo essa comprovação feita, primordialmente com a escrituração contábil e fiscal, documentos hábeis e idôneos a tal intento. Isso porque o ônus da prova recai sobre quem alega o fato ou o direito, nos termos do art. 373 do CPC/2015, sob pena de restar indeferido o seu pedido.

Por fim, salvo melhor juízo, entendo que não é caso de conversão do julgamento em Diligência, para complementação do conjunto probatório, eis que esta não se presta a este fim, mas tão somente para prover esclarecimentos sobre o que já se encontra nos autos.

Dada a ausência de juntada, no oportuno momento da instrução processual, dos documentos comprobatórios do seu direito creditório, a decisão de piso não merece reforma.

Dante do exposto, voto por negar provimento ao presente Recurso.

É o voto.

(documento assinado digitalmente)

Juciléia de Souza Lima

Fl. 6 do Acórdão n.º 3301-013.830 - 3<sup>a</sup> Sejul/3<sup>a</sup> Câmara/1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
Processo nº 10880.954402/2008-87